



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



ASSESSORIA JURÍDICA PARECER N.º 146/2018

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIGINÁRIA DE OUTRA ENTIDADE OU ÓRGÃO PÚBLICO. POSSIBILIDADE.

O Sr. Secretário da Administração encaminhou a essa Assessoria questionamento sobre a possibilidade de o Município de Ibirubá aderir à Ata de Registro de Preços oriunda do COMAJA no que se refere aos itens descritos no memorando interno 366/2018.

De posse das informações, esta Assessoria passa a opinar sobre o assunto.

O Sistema de Registro de Preços (SRP) é procedimento destinado a atender a situações nas quais a Administração Pública revele necessidade contínua em relação a determinados bens ou serviços a serem adquiridos em contratação realizada a posteriori.

Previsto no Art. 15 da Lei nº 8.666, o SRP foi regulamentado no âmbito da Administração Federal por meio do Decreto nº 7.892/2013, sendo que este consiste no conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

Por sua vez, o Município de Ibirubá, por meio do Decreto nº 4.271/2018 também regulamentou os procedimentos para a realização de Licitações pelo SRP, e a possibilidade da adesão dos órgãos municipais à Atas de SRP de outros órgãos ou entidade.



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



Em seus Arts. 15 e 16 foram definidos os parâmetros para o procedimento, conforme colaciona-se a seguir:

Art. 15 - Os órgãos do Município poderão utilizar-se de Ata de Registro de preços que não pertença a órgão da Administração Pública Municipal.

Art. 16 - A adesão dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta à Ata de Registro de Preços gerenciada por outro órgão ou entidade de qualquer ente da federação, dependerá do cumprimento dos seguintes requisitos:

I - o órgão ou a entidade requisitante deverá apresentar à Comissão Permanente de Licitações:

- a) a cópia do Edital e da Ata de Registro de Preços;
- b) a descrição do objeto e o respectivo valor registrado;
- c) a justificativa para a pretendida adesão, demonstrada a compatibilidade do objeto com as necessidades do órgão ou da entidade requisitante, a suficiência das quantidades e a qualidade do bem e dos serviços, facultada a juntada de informações do órgão gerenciador sobre o desempenho do objeto registrado;
- d) a vigência da Ata de Registro de Preços, por meio da respectiva publicação em veículo oficial, com o prazo mínimo de 30 (trinta) dias de validade, a partir do protocolo junto à Comissão Permanente de Licitações;
- e) a possibilidade de adesão prevista no edital ou na Ata de Registro de Preços;
- f) concordância do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços;
- g) a vantajosidade da contratação, incluindo a comprovação de compatibilidade com os preços praticados no mercado.

II - A Comissão Permanente de Licitação, em conjunto com o Departamento Jurídico, deverá validar a vantajosidade da adesão por meio:

- a) da adequação do preço constante na Ata de Registro de Preços a ser aderida com o valor de mercado;
- b) da impossibilidade do atendimento por intermédio de Ata de Registro de Preços vigente na Administração Pública Municipal; e
- c) da análise de outras condições, que se fizerem necessárias, inerentes ao objeto, quando couber.

III - Homologação pela autoridade competente.

Parágrafo único. Competirá à Comissão Permanente de Licitações encaminharem ao Prefeito Municipal o processo administrativo para homologação da adesão, após a validação da vantajosidade.

Na esteira da Legislação citada, esta Assessoria entende por viável a adesão à Ata de Registro de Preços do COMAJA desde que preenchidos os requisitos acima descritos, o que de fato ocorreu no presente caso.



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



S.M.J., é o parecer que encaminhamos para consideração superior.

Ibirubá-RS, 04 de Setembro de 2018.

Rúlio de Oliveira Cocco
Assessor Jurídico
OAB/RS 73.189